

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

Bárbara Barbosa da Silva¹; Maria Helena Soares de Lima²; Rayanne Mayra Alves
Silva³.

¹Universidade Estadual da Paraíba – UEPB / Campus III. E-mail: barbara-barbosa1995@hotmail.com;

²Universidade Estadual da Paraíba – UEPB / Campus III. E-mail: helena11lima@gmail.com; ³Universidade
Estadual da Paraíba – UEPB / Campus III. E-mail: rayannermy@gmail.com.

Resumo: Desde o período de colonização, o Brasil vive uma desigualdade social e territorial, que concentra as terras nas mãos da elite (latifundiários), as quais, na maioria das vezes, são improdutivas ou de monocultura. Os camponeses e os indígenas eram expulsos de suas terras e submetidos a trabalhos escravos. Nesse cenário, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fruto de mobilizações sociais dos camponeses, em luta por igualdade social e reconhecimento. Dentre suas bandeiras de luta, está a educação, foco desta pesquisa, cujo objetivo é de fazer uma breve abordagem sobre a caminhada do MST, suas principais lutas e sua relação com a educação em seus espaços, mostrando como surgiu a Educação do Campo, suas características, seus anseios e a metodologia de ensino utilizada nas escolas do campo. A metodologia utilizada foi de cunho web-gráfico e bibliográfico, fundamentada por meio das contribuições de Egêa (2014), Brito (2015), Kolling (2012), entre outros. O estudo mostrou que a luta do MST não se restringe a questões territoriais e reforma agrária (sua principal bandeira de luta), mas também se estende a outros problemas sociais presentes na sociedade, como saúde e educação de boa qualidade, discriminação, desigualdade social e de renda, entre outros. Quanto à educação, constatou-se que há uma preocupação voltada para a formação integral do ser humano e para um ensino que contemple os valores, as especificidades e a valorização do povo do campo. Nesse sentido, o MST anseia e luta por uma educação com práticas emancipatórias. Este texto é indicado a todos os professores, estudantes e aos que se interessam pela organização do MST, suas bandeiras de lutas, suas contribuições com a educação e futuras pesquisas nessa área.

Palavras-chave: Movimento social; MST; Educação.

Introdução

No Brasil, a exclusão de pessoas, que envolve a questão do acesso a terras, existe desde a formação do país, e tem gerado uma desigualdade social que afeta a todos os trabalhadores rurais que lutam por igualdade e reconhecimento. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu nesse contexto de exclusão e de desigualdades, como fruto de mobilizações sociais, principalmente de camponeses (as) que lutam pelo acesso digno a terra, em especial, pela reforma agrária, para garantir a posse e uso que as populações identitárias possam ter acesso a ela e usá-la e tenham o direito de produzir e de sustento suas famílias. Trata-se de um movimento social que eclodiu no período de Ditadura Militar, mas que tem raízes plantadas na época da colonização do Brasil, quando surgiram essas desigualdades territoriais e sociais que vivemos atualmente.

Com base nisso, este trabalho traz uma breve abordagem sobre a caminhada do MST e de suas lutas e foca sua relação com a educação. Inicialmente, apresenta-se, de forma breve, seu histórico, isto é, como surgiu, porque surgiu, como é a forma de organização do movimento, entre outros aspectos relevantes de sua caminhada de luta. Na sequência, quais foram e quais têm sido suas bandeiras de luta e, no final, são feitas algumas considerações sobre sua relação com a educação.

Quanto ao método empregado, trata-se de uma pesquisa web-gráfica e bibliográfica que, segundo Gil (2008), é desenvolvida a partir de material já elaborado por outros pesquisadores, e cujas informações são coletadas de fontes bibliográficas como, livros, artigos científicos e obras acadêmicas. Para isso, recorreremos aos pressupostos teóricos de autores como Egêa (2014), Brito (2015), Kolling (2012), entre outros, para explicar a temática do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O MST é um movimento atual e atuante, mas que começou há muito tempo. Suas lutas não consistem somente em batalhar pela terra ou pela reforma agrária, mas também em resolver problemas sociais brasileiros. No decorrer do tempo, com muita resistência, garra e lutas constantes, avanços significativos foram surgindo. Hoje, apesar de milhares de trabalhadores (as) já terem conquistado a posse da terra, a luta não pode parar, porque ainda há muito que se fazer, tanto no que diz respeito ao cenário agrário quanto à conquista de direitos e de melhores condições de vida no campo.

O movimento – Um pouco da história

As raízes da luta pela terra foram plantadas no Século XVI, quando o Brasil foi colonizado, e os habitantes que aqui viviam - os indígenas - lutaram contra a mercantilização e a apropriação de suas terras pelos imigrantes portugueses, que ocuparam e colonizaram seu território. Isso gerou a má distribuição das terras e as desigualdades sociais presentes no país até os dias de hoje. Embora esse território seja considerado um dos países que mais concentram terras no mundo e com os maiores latifúndios, essa concentração improdutiva - nada produz - sempre esteve nas mãos dos que detêm o poder e exercem controle sobre ela - a elite - que muito se beneficiou com a Lei de Terras que, de acordo com Brito (2015),

[...] representou a regulamentação da propriedade privada da terra, pois, até então, a regulamentação fundiária seguia o sistema das sesmarias e das capitanias hereditárias. As terras devolutas passam a pertencer ao Estado e sua obtenção se deu, a partir de então, mediante a compra. Essa medida teve como finalidade impossibilitar que os imigrantes e, posteriormente, os ex-escravos, tivessem acesso à terra, cerceando assim o desenvolvimento de um sistema baseado na pequena propriedade que pudesse contrastar com a lógica dos latifúndios, que teve na referida lei seus interesses assegurados. A ocupação mediante a força e a grilagem desponta a partir desse período. (BRITO, 2015, p. 28)

Dessa forma de agir, proveio o uso de práticas banais para se ter o acesso à terra. Um exemplo disso é a famosa grilagem de terras, cuja posse era feita ilegalmente, com documentação falsa, o que dificultava o acesso das classes menos favorecidas, como escravos, ex-escravos, homens livres, camponeses, pequenos agricultores etc. Todo esse contexto contribuiu para que as lutas de resistências populares, principalmente dos trabalhadores rurais, contra essa situação de concentração improdutiva, de exploração, de expropriação, de exclusão e de expulsão etc., fossem surgindo e ganhando forças no decorrer dos séculos. Foi dessas lutas que surgiram os primeiros embriões que formaram um dos movimentos mais expressivos de resistência e de luta pela terra no Brasil - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Ressalte-se, no entanto, que sua história tomou forma em meados da década de 70, em um Brasil marcado por perseguições políticas, autoritarismo, censura, supressão de direitos, forte repressão etc., como resultado da Ditadura Militar, que se instaurou no país desde o Golpe Militar ocorrido em 31 de março de 1964, devido à crescente crise política e às tensões sociais desencadeadas no governo de João Goulart.

Esse regime ditatorial foi um período cruel e violento para várias organizações da

sociedade civil, principalmente para os trabalhadores camponeses, que foram privados do direito de se expressar, de fazer suas reuniões, de se organizar e se manifestar. Além disso, a Ditadura implantou, no território brasileiro, uma política agrária excludente e concentradora que não valorizava a pequena agricultura.

Foi nesse contexto político de transição, de rupturas e de lutas pela democracia que surgiram diversos movimentos populares de resistência, entre eles, a classe trabalhadora, que, insatisfeita com essa política agrária do regime militar, reagiu juntando-se a eles para lutar contra a conjuntura social e política. Merecem destaque dois dos mais conhecidos: [...] na cidade, o movimento dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista; e no campo, o MST, que se firmou em vários estados do Brasil (EGÊA, 2014).

Essa onda de insatisfações cresceu, dia após dia, e o movimento dos trabalhadores promoveu diversas reuniões, que resultaram em Cascavel no Paraná, no I Encontro Nacional de Movimentos, em 21 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná. Nessa oportunidade, foi fundado o MST, que também é fruto das ocupações de terras ocorridas em todo o país, e ganhou mais forças nessa época de ditadura militar. Elas foram o instrumento fundamental de demonstração dos camponeses e de contestação desse regime autoritário. Até hoje, as ocupações são as ferramentas fundamentais de luta do movimento, que se transformaram no MST.

Nesse I Encontro de fundação do movimento, as primeiras decisões importantes para o MST foram sendo tomadas. A primeira referente aos integrantes aptos a compor as bases do movimento: meeiros, parceiros, posseiros atingidos por barragens, pequenos agricultores, trabalhadores assalariados, entre outros. Também foram mencionados os pontos fundamentais para a existência do MST:

[...] ser necessário fortalecer o Movimento em âmbito estadual e nacional, esforçando-se para expandir a organização para os diversos confins do país, todavia sem perder a autonomia política na luta contra o capitalismo, objetivando fundar uma sociedade igualitária. Para isso, a terra deve estar sob o controle de quem nela trabalha, sendo obtida mediante pressão e lutas coletivas. (BRITO, 2015, p. 51)

Um ano depois, aconteceu, na capital do Paraná, o I Congresso Nacional, que foi organizado a partir desse I Encontro, e do qual foram extraídos seus objetivos - inserir a reforma agrária na agenda do país; consolidar a organização do MST nacionalmente; buscar a unidade dos camponeses e das lutas isoladas pelo país e definir e implementar uma forma de

luta contra os latifúndios (MST, 2014 apud BRITO, 2015 p. 52) - e seu princípio - a luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais brasileiras. Além disso, ficou clara a relevância de ser um movimento organizado de forma coletiva e colegiada, com divisões de tarefas e responsabilidades assumidas no grupo por seus integrantes.

Outros eventos importantes para a caminhada de luta do MST foram sendo realizados ao longo dos anos. Ao todo, foram seis Congressos Nacionais, que visavam debater sobre as lutas e as deliberações do movimento. O último deles, realizado em Brasília, no ano de 2014, e cujo lema foi “Lutar, construir reforma agrária popular!”, representou a aprovação do programa atual do movimento e um resumo das tarefas, dos novos desafios e do papel do movimento no atual cenário político brasileiro.

Atualmente, o MST está presente em 24 estados brasileiros e já existem, aproximadamente, 500 mil famílias assentadas, mas que continuam engajadas no movimento, visto que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para chegar ao objetivo maior, que é o de consolidar a reforma agrária. Suas bandeiras de luta também se expandiram e, hoje, vão além da luta pela terra e da reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se tornou um dos mais importantes movimentos sociais do país e, talvez, da América Latina. É um movimento social, porque é fruto das ações coletivas não só de trabalhadores, mas também de militantes que apoiam sua causa, com o fim de obter mudanças tanto no que se refere a terra quanto ao social, considerando seus valores, suas identidades e suas ideologias, em comum acordo com os objetivos de todos os que o compõem.

Bandeiras de lutas

As lutas do MST vão além da questão agrária, porquanto esse movimento também luta para resolver os problemas sociais presentes na sociedade brasileira, principalmente os que cercam as classes menos favorecidas. Assim, os envolvidos no movimento organizam-se e mobilizam-se em volta dessas questões. Convém enfatizar que, apesar de assentadas, as famílias se organizam em núcleos e elegem coordenadores (as), com o fim de promover novas lutas para conquistarem direitos básicos como saúde e educação de boa qualidade, já que suas instalações não têm boa infraestrutura.

Uma das preocupações do Movimento é de garantir que o Estado cumpra com seu

dever em relação à saúde básica, por ser um direito do povo brasileiro, apesar de ser negado à maioria da população, especialmente no campo. Preocupa-se também em organizar os assentamentos e os acampamentos, arrecadando recursos para a realização de atividades culturais, encontros, projetos etc.

Os assentamentos caminham no sentido da resolução das necessidades das famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, ou seja, organizam a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas. (LIMEIRA, 2010, p.21)

Em resumo, nos assentamentos, a organização visa facilitar o acesso das famílias integrantes no movimento a uma educação de boa qualidade, à cultura e aos meios de valorização humana. Promove a inclusão social de todos, com esporte, cultura e lazer, defende a igualdade de gênero nas mais diversas áreas e combate a violência física e o assédio sexual que ainda são marcantes na sociedade.

O MST também luta em favor da democratização da comunicação, pois defende que o povo tem direito de organizar os próprios meios de comunicação social, a ampliação e o melhoramento do Sistema Único de Saúde, bem como a implantação e a ampliação dos programas de saúde da família, pensando no bem-estar da população. Defende, ainda, uma política de desenvolvimento que atenda primeiramente às necessidades e aos interesses da população, para melhorar a vida das classes sociais mais carentes de recursos, e um sistema político que tenha mais participação popular nas mais diversas instâncias e esferas governamentais. Portanto, o MST busca promover

a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer etc.); a solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham a chance de viver); a participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal); a elaboração do sistema social garantido emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios); a efetivação dos programas educativos. (CAVALCANTI, 1995, p.429, apud NEGRI, 2005, p.23).

O MST preza pela soberania nacional e popular, de forma que todas as riquezas naturais e minerais, os recursos de biodiversidade, a água e os recursos de produção alimentar sejam um direito exclusivamente brasileiro, razão por que luta contra o controle do Estado sobre a exploração desses recursos e visa ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, organiza a produção agrícola nacional e produz alimentos saudáveis, sem utilizar agrotóxicos ou alimentos transgênicos. Nessa perspectiva, propõe uma reforma na política de exportação e

defende a priorização do valor agregado dos produtos, para evitar a exportação excessiva de matérias-primas.

É importante ressaltar que sua forma mais importante de luta é a ocupação de terras, por meio da qual o movimento denuncia terras griladas ou improdutivas. Para eles, essa é uma possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, porque “a terra deve ser daqueles que trabalham nela [...]. É direito dos trabalhadores rurais tornar a terra produtiva gerando renda para famílias” (LIMEIRA, 2010). Entretanto, elas também ocorrem fora do meio rural, em espaços públicos, que são sempre a sede de um órgão onde se reivindica algo, como as ocupações nas sedes do INCRA para exigir a desapropriação de determinada área.

A reforma agrária é a principal causa do movimento e consiste em distribuir massivamente as terras, democratizar sua propriedade na sociedade e garantir seu acesso, distribuindo-a a todos os que quiserem produzir e delas usufruir, na perspectiva de fazer uma reforma agrária justa e igualitária, sempre convergindo para a equidade na distribuição de terras, com ampla participação popular, principalmente dos camponeses que não têm terras. Segundo Boff (1999 apud NEGRI, 2005),

[...] pertencemos à terra; somos filhos e filhas da terra. Daí que homem vem de húmus. Viemos da Terra e a ela voltaremos. A terra não está à nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: Somos a Terra no seu momento de auto realização e de autoconsciência. (BOFF, 1999, p.72, apud NEGRI, 2005, p.30).

Para eles, a terra é muito mais do que um terreno onde podem trabalhar e colher os frutos desse trabalho. Ela é tudo, faz parte da vida e de quem eles são, é de onde vieram e para onde voltaram, é algo sublime que deve ser tratado com respeito. A terra é sobremaneira importante para os participantes do movimento.

A luta pela Educação

A principal bandeira do Movimento Sem Terra é a reforma agrária e a luta pela terra, no entanto, durante as lutas, percebeu que seria importante ter alguns conhecimentos específicos e entender a conjuntura política, social e econômica do país, como também o cuidado pedagógico com as crianças e os adolescentes. A partir daí, a educação foi vista como essencial, já que disponibiliza esses conhecimentos para a

comunidade e dá continuidade à luta. Nesse sentido, foram elaboradas propostas e iniciadas as tomadas de decisões e a luta pela garantia do direito a educação e acesso à escola pública para crianças e adolescentes dos assentamentos. De acordo com Kolling, Vargas e Caldart (2012, p. 504),

uma dessas decisões foi a de organizar e articular o trabalho de educação das novas gerações no interior de sua organicidade e, com base nessa intencionalidade, elaborar uma proposta pedagógica específica para as escolas dos assentamentos e dos acampamentos, bem como formar seus educadores.

No início da década de 1980, a visão da necessidade e do direito ia até a educação fundamental. Aos poucos, a partir de 1990, foi aparecendo com mais força a questão da alfabetização e da educação de jovens e adultos, que, em experiências pontuais, também já acontecia desde os primeiros acampamentos. Em seguida, vieram a preocupação e o trabalho com a educação infantil e, mais recentemente, com a educação universitária.

Na educação de nível médio, o trabalho começou com cursos alternativos para formar dos professores das escolas conquistadas e logo se estendeu a formação de técnicos para as experiências de cooperação dos assentamentos. No final dos anos 1990 e no início de 2000, começaram as lutas específicas pelo ensino médio nas áreas de reforma agrária ou, mais amplamente, pela conquista de escolas de educação básica, incluindo todas as suas etapas (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 501).

Nesse período, o MST conquistou, aproximadamente, 1.800 escolas públicas em seus assentamentos e acampamentos - 200 do ensino fundamental completo e cerca de 50 que vão até o ensino médio e onde estudam, aproximadamente, 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos sem terra. E apesar de ter ajudado a formar grande parte dos mais de oito mil educadores que atuam nessas escolas, o MST entende que o ensino não atende às necessidades de formação dos seus membros e que garantir só acesso às escolas não é suficiente, mas uma educação que tenha característica do campo. As escolas tradicionais não têm lugar para os sujeitos do campo, já que elas não conhecem ou desrespeitam a realidade e as especificidades do povo do campo, que precisa se sentir parte da escola. Nesse processo de ocupação da escola, o MST provocou reflexões que mostraram a necessidade de se pensar em uma educação centrada no desenvolvimento pleno do ser humano e na construção de novas relações sociais (LIMA; CAMARGO; ROSA, 2015, p. 2).

Para o MST, a educação deve respeitar as características e as particularidades do

cidadão. Pensando nisso, veio a necessidade de criar uma proposta pedagógica que atendesse à realidade dos assentados, um ensino voltado para o povo do campo, que contemplasse os anseios, os valores, os aspectos físicos, políticos e econômicos e a valorização das pessoas que vivem no campo. O MST criou sua própria pedagogia, mais conhecida popularmente como “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, por meio da qual cria as próprias propostas pedagógicas e um projeto de educação para o Brasil. Essa pedagogia tem como princípio educativo o próprio movimento, e seu trabalho não se resume às atividades rotineiramente desenvolvidas nas escolas, pois considera que todo o processo de vivência, dentro do movimento, é educativo (SERRA; SOBRINHO, 2013, p. 148).

Além disso, surgiu a Educação do Campo, um projeto que atende aos interesses sociais do povo do campo, mas que só foi contemplado pela Legislação Brasileira de Educação com a promulgação da Constituição de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que reconhece a diversidade cultural, a igualdade de direitos, as diferenças e “a importância de um ensino voltado para as particularidades da zona rural e as especificidades do movimento camponês” (SERRA; SOBRINHO, 2013, p. 144).

Assim, essa Lei assegura a Educação do Campo, permite sua adequação e leva em conta as finalidades, os conteúdos, a metodologia, os processos próprios de aprendizado do estudante e o que é específico do campo, a organização escolar própria e a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. Uma das preocupações nas escolas do MST é a formação coletiva dos seus militantes, que dialoga com a proposta freireana, em que a união entre teoria e prática é uma das prioridades básicas dessa formação. Paulo Freire defende que o trabalho pedagógico deve partir da investigação da realidade dos alunos, a realidade próxima.

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, pp. 259)

A Educação do Campo, como uma modalidade de ensino, é a promovida em espaços rurais, em assentamentos ou em aldeias indígenas. Não se baseia em métodos pedagógicos tradicionais, mas utiliza a realidade do educando, a vida camponesa como eixo principal durante o processo de ensino-aprendizagem nas escolas do campo.

No entanto, a Educação do Campo é um projeto em andamento e tem o grande desafio de atender às especificidades dos que moram no campo, que ainda são muito desvalorizados e discriminados.

O trabalho pedagógico das escolas do campo está atrelado à construção de valores, como a convivência social, a valorização da realidade de vida dos sujeitos e suas práticas cotidianas, a luta pela terra, o trabalho do campo, a cultura, a vida, a bandeira do MST, a participação e a identidade do ser sem terra, que são valores defendidos pelos movimentos sociais do campo. Trata-se da necessidade de uma educação que garanta o direito ao conhecimento, mas também ao fortalecimento e à valorização das práticas culturais existentes no campo (LIMA; CAMARGO; ROSA, 2015, p. 3), e o MST busca uma escola com práticas emancipatórias que contemplem uma formação total e significativa do cidadão do campo. Desde que foi constituído, o movimento teve como meta desenvolver um projeto educacional pautado na transformação do homem do campo e na construção de uma vida digna no meio rural.

Considerações finais

Com base nas considerações feitas ao longo deste trabalho, é possível perceber que, no Brasil, a luta por terras é antiga e fruto da colonização brasileira pelos portugueses, que tomaram posse deste território sem respeitar os habitantes que aqui viviam – os índios. Esse ato resultou em uma má distribuição de terras, que continua até os dias atuais, e nas desigualdades territoriais e sociais que rodeiam a sociedade brasileira.

Esse contexto de disparidades gerou lutas sociais, sobretudo de trabalhadores camponeses que, entre outras coisas, visavam, principalmente, à distribuição justa de terras e ao acesso a elas, como é o caso do MST, que luta por essas questões referentes e para garantir direitos sociais e melhores condições de vida para as famílias brasileiras que não têm terra. Suas bandeiras de lutas são várias. Vão desde a reforma agrária, seu principal objetivo, até lutas em prol de resolver os problemas sociais e pela transformação social, que consiste em transformar a sociedade em que vivem em justa e fraterna.

No que diz respeito à educação, desde que começou a atuar como um movimento social, o MST se preocupou com a educação dos seus militantes, pois é visto como uma estratégia de luta e de formação social e política da comunidade. No entanto,

sempre buscou uma educação diferenciada, cuja prioridade não fosse somente o trabalho pedagógico tradicionalista, mas também a formação significativa e humana dos sujeitos. Sua preocupação não é somente de garantir que as crianças e os adolescentes dos assentamentos tenham acesso à educação, mas também a um ensino que contemple todos os anseios, valores e especificidades do povo do campo, que são discriminadas, desvalorizadas e, quando ingressam nas escolas urbanas, sentem-se excluídas, pois o ensino é voltado para o meio urbano. Por essa razão, evadem-se da escola.

Vê-se, então, que a caminhada de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com suas lutas e conquistas ao longo dos tempos, tem sido intensa. Contudo, é um movimento social que divide opiniões, embora seja tão importante para mudar o cenário agrário do país, porque suas formas de reivindicar, em muitas circunstâncias, são polêmicas, por isso muitos condenem suas formas de lutar. Porém, ainda há muita luta pela frente, não só no que diz respeito a terra, mais também por trabalho e melhorias nas questões sociais do Brasil.

Referências

Bandeiras. In: **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 12 de abril de 2017.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: **Ética do humano - Compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRITO, Eduardo Martins de. **MST: Uma análise de seu programa e práticas políticas sob os governos do PT** / Eduardo Martins de Brito - Campina Grande - PB, 2015.

CAVALCANT, CLÓVIS (org.). Desenvolvimento e natureza: **estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

EGÊA, Alessandra Pereira. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): história, objetivos e sua confluência com os períodos políticos de FHC (1995-2002) e de Lula (2003-2010)**. VII Congresso de Geógrafos - Vitória/ES, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Expressão Popular, 2012, p. 498 – 501.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. **MST e Educação**. In: *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 502-509.

LIMA, Eloisa A. Cerino Rosa; CAMARGO, Eloíse Aparecida Carvalho; ROSA, Eleonora Osana Moreira da. **O MST e a educação**. Publicado em 10 de novembro, 2015. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-mst-e-a-educacao/137528/>. Acessado em 10 de abril de 2017.

LIMEIRA, Alameda Barão. **MST: Lutas e conquistas**. 20 edição. São Paulo, 2010.

NEGRI, Paulo Sérgio. *A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: o caso do Assentamento Dorcelina Falador e Arapongas - Paraná*. Londrina, 2005.

Nossa História. In: **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 28 de março de 2017.

O MST. In: **Reforma agrária no Brasil**. Disponível em < <http://reforma-agraria-no-brasil.info/o-mst.html>>. Acesso em 15 de abril de 2017.

SERRA, Elpídio; SOBRINHO, Alaíde Paulino. **A proposta pedagógica do MST e as escolas de campo**. Maringá, 2013, p. 143-152. Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/download/13031/10961. Acessado em: 17 de abril de 2017.